

Painel da Educação Brasileira

**15 entrevistas exclusivas
sobre a Educação no Brasil**

**Edição: Agência de Notícias Todos Pela Educação
Abril de 2007**

Índice

- Painel revela temas prioritários para a Educação brasileira.

- Aliar teoria e prática na formação de professores, recomenda Célio da Cunha
- Sucesso escolar depende de toda a comunidade, afirma Dilvo Ristoff
- É preciso levar a avaliação para dentro das escolas, recomenda José Francisco Soares
- Podemos assegurar a alfabetização de todos os alunos no prazo de quatro a cinco anos, diz João Batista Araujo e Oliveira
- É preciso aumentar os recursos e melhorar sua gestão, defende Maria do Pilar Lacerda
- Precisamos mostrar os efeitos perversos da repetência, diz Maria Helena Guimarães de Castro
- A gestão pública no Brasil deixa muito a desejar, afirma Mariza Abreu
- É necessário um programa de bolsas de estudos para alunos de 15 a 17 anos, diz Naercio Menezes Filho
- Qualidade da Educação espelha desigualdades do País, afirma Paulo Corbucci
- Precisamos reduzir a desigualdade educacional, defende Ricardo Paes de Barros
- Dados de avaliações devem ser acessíveis a todos, defende Robert Verhine
- Gastar mais e melhor, indica Romualdo Portela
- O Ensino Fundamental não está universalizado, somente seu acesso, afirma Ruben Klein
- Combinar incentivos, avaliação e autonomia, recomenda Simon Schwartzman
- Desconcentrar é palavra de ordem em Minas, segundo Vanessa Guimarães Pinto

Painel revela temas prioritários para a Educação brasileira.

Apesar de não haver uma receita única para garantir uma Educação de qualidade para todos os brasileiros, cada vez mais, pesquisadores e gestores concordam que sem algumas medidas dificilmente o Brasil superará a situação atual. Essa é uma das principais tendências reveladas no **Painel da Educação Brasileira**, um conjunto de entrevistas que tem como objetivo traçar um panorama da realidade educacional do País e mostrar caminhos e alternativas para o futuro.

O Painel foi produzido pela Agência de Notícias Todos Pela Educação para comemorar o Dia da Educação, 28 de abril. Ele reúne quinze entrevistas, realizadas ao longo dos últimos dois meses, com especialista de diversas áreas, entre eles pesquisadores, técnicos e gestores de Educação, que trabalham por uma Educação de qualidade para o Brasil. O resultado é um amplo diagnóstico, com diferentes pontos de vista, opiniões e experiências.

O conjunto de entrevistas revela que existem visões diversas em relação à Educação, mas há um consenso entre os especialistas quanto a alguns grandes temas que devem ser levados em consideração.

Combate à repetência e à evasão; priorização da alfabetização; financiamento aliado à boa gestão; participação das famílias e da comunidade na vida escolar; formação de professores; autonomia das escolas; e aperfeiçoamento dos sistemas de avaliação, são temas destacados por boa parte dos entrevistados.

Os especialistas concordam, por exemplo, que é preciso colocar o foco no aluno e na aprendizagem. Dilvo Ristoff, do Inep, defende que “uma boa escola é a que consegue ajudar todos os estudantes a fazerem a caminhada rumo à aprendizagem e à boa formação, sejam eles fracos ou não, sejam eles ricos ou pobres”.

Para isso, deve-se melhorar o fluxo escolar e fazer com que o aluno aprenda o conteúdo correspondente à sua série. “É preciso baixar a repetência, procurando melhorar a qualidade de ensino, por meio de programas efetivos de recuperação e aceleração” afirma o matemático Ruben Klein, da Fundação Cesgranrio.

Cada vez mais fica claro o papel do professor e do diretor da escola para o bom desempenho do aluno. Para a secretária de Educação do Rio Grande do Sul, Mariza Abreu, “a autonomia da escola que tem impacto positivo no melhor desempenho do ensino é a que implica responsabilização da escola e dos professores pelos resultados de aprendizagem dos alunos”.

Financiamento é um tema polêmico, principalmente quando se trata de aumento de recursos. No entanto, percebe-se um consenso: é preciso ter recursos para investir e é fundamental que eles sejam bem geridos. Maria do Pilar Lacerda, presidente da Undime, enfatiza que “é preciso acabar com esta dicotomia quantidade x qualidade. No Brasil, é preciso fazer as duas coisas: aumentar os recursos e melhorar sua gestão”.

Esses são alguns exemplos dos temas encontrados no Painel da Educação Brasileira. Abaixo se encontram as quinze entrevistas.

Painel da Educação Brasileira

Aliar teoria e prática na formação de professores, recomenda Célio da Cunha

Assessor especial da Unesco no Brasil, na área de Educação, Célio da Cunha chama a atenção para um dos mais sérios problemas da formação inicial dos professores: a concomitância entre teoria e prática.

“Não é fácil enfrentar a diversidade de situações de uma sala de aula. Se o graduado por um curso de licenciatura não concluir sua formação de posse de um instrumental testado, certamente enfrentará obstáculos por vezes intransponíveis, contribuindo ainda mais para a evasão e a repetência”, afirma.

Qual é a sua opinião sobre a formação dos professores da Educação Básica no Brasil?

A formação de professores no Brasil reflete a própria situação de desvalorização do magistério, sem dúvida um dos maiores desafios para uma Educação de qualidade.

O jovem egresso do Ensino Médio que procura a formação universitária não elege os cursos de licenciatura entre suas primeiras opções. Sobram vagas em várias faculdades. Além disso, muitos dos jovens formados pelos programas que merecem crédito migram para outros itinerários profissionais em busca de melhores salários, subtraindo dos sistemas de ensino um contingente considerável de bons profissionais.

Como você avalia a formação inicial e continuada dos professores no Brasil? Programas de formação à distância seriam uma alternativa para a formação de professores?

Um dos problemas mais sérios da formação inicial refere-se à concomitância entre teoria e prática. A infra-estrutura para assegurar esse objetivo, via de regra, é muito frágil.

No caso da medicina, para citar um exemplo, um dos pontos altos da convergência entre a teoria e a prática é a residência médica. Talvez fosse o caso de conceber uma “residência pedagógica”.

Não é fácil enfrentar a diversidade de situações de uma sala de aula. Se o graduado por um curso de licenciatura não concluir sua formação de posse de um instrumental testado, certamente enfrentará obstáculos por vezes intransponíveis, contribuindo ainda mais para a evasão e a repetência. Na formação continuada, os problemas não são muito diferentes. De nada adianta acumular certificados de cursos sem vínculo com a prática.

Alguns educadores afirmam que existe uma distância entre o que se aprende na universidade e a didática de ensinar. Você concorda com essa afirmação?

De fato existe significativa distância entre as instituições formadoras e as escolas. Esse problema é antigo na Educação brasileira e está longe de ser resolvido. Só uma política consistente de valorização do magistério disposta a considerar os diversos fatores e

variáveis presentes no grande desafio de profissionalização do magistério poderá, no médio e no longo prazos, equacionar de forma satisfatória essa questão.

Existe hoje uma discussão sobre onde se forma o professor da Educação Básica. As faculdades de pedagogia focam seus esforços nas teorias da educação. As faculdades de história estão focadas em formar historiadores. Existem cursos de licenciatura nas faculdades, mas também acabam se preocupando mais com a teoria do que com a prática. Pensando nisso, onde se forma o professor da Educação Básica, que precisa saber e ensinar os conteúdos apropriados para cada série?

Essa desarticulação é antiga e perpetua a distância entre teoria e prática. É por isso que em muitos países, a formação do professor é feita fora da universidade em institutos especializados capazes de operar com sucesso a reciprocidade entre a teoria e a prática. Nas antigas escolas normais do Brasil, existiam escolas primárias anexas que favoreciam a formação prática e a experimentação pedagógica.

Qual é a sua opinião sobre a questão da valorização do professor? Como o Estado e a sociedade deveriam agir neste sentido?

A fixação de um piso salarial que, anteriormente, já havia sido objeto do Pacto de Valorização do Magistério assinado em 1994, pelo Ministério da Educação (MEC), pelo Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), em solenidade realizada na Presidência da República, pode representar um novo alento para a carreira do magistério.

Juntamente com o piso, deverão ser adotadas medidas na revisão das carreiras docentes dos estados e municípios, e medidas na formação inicial e continuada. Esse desafio precisa ser enfrentado pelo MEC em articulação com os sistemas estaduais e municipais de ensino e as instituições formadoras.

Nunca é demais lembrar que um dos fatores importantes da valorização é a melhoria dos cursos de licenciatura. Esse é o papel do Estado. À sociedade cabe estar vigilante, reivindicar uma educação de qualidade e ajudar no que for possível e impossível.

Com a popularização das tecnologias de informação e comunicação, as crianças de hoje têm acesso a uma quantidade muito maior de informações que chegam em tempo real. Como deve ser a formação do professor para acompanhar esse novo paradigma? Isso muda a relação professor-aluno?

Sem dúvida, os avanços das ciências da informação e da comunicação, contribuindo para a emergência de uma sociedade do conhecimento, têm implicações profundas na formação. O domínio das novas tecnologias tornou-se imperativo em nosso tempo, sobretudo para as instituições formadoras que têm a missão de preparar uma nova geração de docentes. Entretanto o domínio das novas tecnologias não é suficiente. Saber o que buscar, e onde, tornou-se essencial. Nessa direção, teremos muito que aprender. Por isso a cooperação internacional é necessária. Se nas demais áreas, como ciências da saúde, engenharias e ciências agrárias, o Brasil aprendeu tanto com outros países, por que não fazemos o mesmo com a educação?

Sabemos que a melhoria da formação dos professores é um processo que requer políticas estruturadas e ações de médio e longo prazos. Quais seriam os passos mais importantes para melhorar a formação dos professores nos próximos quatro anos?

Creio que um primeiro e importante passo foi dado. Refiro-me ao lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que destaca o desafio do magistério. Se, concomitantemente à fixação do piso, forem adotadas medidas reestruturantes da carreira e da formação, poder-se-á, no médio e no longo prazo, prever uma situação mais confortável. No curto prazo, no grande cenário educacional brasileiro, há a necessidade de rever a educação continuada com foco na aprendizagem.

Painel da Educação Brasileira

Sucesso escolar depende de toda a comunidade, afirma Dilvo Ristoff

Estudiosos e gestores apontam em suas análises, cada vez mais, a importância fundamental da família para o bom desempenho escolar das crianças. Dilvo Ristoff, diretor de Avaliação e Estatísticas da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação (MEC), vai mais longe. Ele chama a atenção para o fato de que a família não está isolada, mas vive em um entorno, em uma comunidade, da qual faz parte também a escola.

Doutor em Literatura pela Universidade do Sul da Califórnia, Estados Unidos, Dilvo Ristoff foi diretor do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina. Há dez anos trabalha com avaliação educacional.

Em sua opinião, quais as principais causas da repetência no Brasil?

Em geral a explicação para a repetência, a evasão e o fracasso escolar é buscada nos atores envolvidos (administradores, professores, alunos, pais); nos currículos que definem os conteúdos a serem ministrados; nas metodologias e técnicas utilizadas; nas políticas para cada estado, município e para o País; e nas valorações sociais que a comunidade circundante faz da escola. Todas essas questões, em seu conjunto, e nenhuma delas isoladamente, escondem algum aspecto da explicação que buscamos.

Como já concluía em 1996 a então primeira dama dos Estados Unidos, Hillary Clinton, referindo-se à árdua questão da educação das crianças, “it takes a village”. Ou seja, embora os mais conservadores insistam que basta a família, é necessária uma comunidade para educar uma criança.

O impacto da família é grande e primordial, mas é claro que a família também não vive isoladamente. Grupos externos à família, na relação de vizinhança, nas suas expressões públicas, nas suas interações e valorações, na sua capacidade de incentivar, frustrar ou desestimular, têm impacto importante sobre o bom e o mau desenvolvimento dos indivíduos. Bons hábitos de estudo e o gosto pelo desafio de aprender não devem ser encarados como algo inato, mas como segunda natureza. Precisam ser, pois, aprendidos como tudo mais no convívio diário.

Quanto do sucesso do aluno é decorrente de sua formação familiar? Como deve ser a participação dos pais no processo de aprendizado do aluno?

Os dados confirmam: filhos de pais com escolaridade superior têm melhor desempenho; filhos de pais ricos têm melhor desempenho. Isso acontece não porque uns são mais inteligentes que outros, mas porque uns tiveram mais oportunidades e facilidades para aprender que outros.

É claro que os hábitos familiares, as condições e as oportunidades de acesso à cultura são decisivos para explicar essas diferenças. Por isso, as escolas precisam criar ambientes culturais e educacionais que extrapolam o momento didático da sala de aula,

envolvendo profundamente os pais e a comunidade no dia-a-dia da escola, não deixando faltar a nenhum estudante o que ele necessita para se apropriar dos conteúdos, conceitos e valores que prezamos como sociedade.

Uma boa escola não é a que recebe bons alunos, com bons hábitos e ricas experiências. Uma boa escola é a que consegue ajudar todos os estudantes a fazer a caminhada rumo à aprendizagem e à boa formação, sejam eles fracos ou não, sejam eles ricos ou pobres. A boa escola tem as condições e os seus professores têm a sensibilidade para explorar plenamente o potencial de cada indivíduo.

Como deveria ser a atuação do governo e da escola em relação à participação da família no processo de aprendizado dos alunos?

A educação básica é responsabilidade de todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal) e da comunidade. Os pais precisam perceber que a escola, financiada pelo poder público, é pública, é deles, e que eles precisam ter voz sobre o seu destino. Aos governos cabe estimular, por meio de programas estruturados, essa participação de todos nos Conselhos Escolares. Com isso, os reflexos sobre a aprendizagem se farão sentir.

Como você analisa o problema da evasão hoje no Brasil?

Durante muitas décadas o Brasil se escondeu atrás da qualidade do ensino para inibir a expansão e a universalização, impedindo o acesso de todas as crianças à escola. A verdade é que a escola brasileira na última década deu uma importante lição de cidadania, buscando abrigar todas as crianças brasileiras, especialmente as de famílias pobres. Não fosse isso, essas crianças estariam condenadas à mendicância e à marginalidade.

O acesso amplo gerou novos problemas de permanência e mais agudos problemas de qualidade. A evasão precoce, especialmente de crianças do sexo masculino —é importante lembrar que os homens são maioria na sociedade até os 20 anos de idade, mas as mulheres já são maioria na escola a partir da quinta série— indica que dificuldades financeiras das famílias levam crianças a deixar a escola para ajudar os pais no sustento da família.

O Brasil, por meio do Bolsa Família e outros programas de apoio social, está construindo uma grande rede de proteção. Mas os desafios são gigantescos depois de décadas de exclusão.

Venceremos a batalha, porque como sociedade mudamos os nossos conceitos: hoje todos sabemos que o Brasil, se quiser perseguir o seu sonho de ser um país soberano, dono de seu destino, não pode se dar ao luxo de desperdiçar cérebros e pessoas. Sabemos também, porque a realidade nua e crua nos mostrou, que uma criança urbana de oito anos de idade, fora da escola por cinco anos, tem grandes chances de se tornar vítima das drogas e do crime.

A escola em geral leva a culpa pela evasão dos estudantes, mas raramente leva os louros pela oportunidade de inclusão que proporciona. É claro que ela não deveria perder nenhum estudante para os apelos da rua, mas a escola não surge do azul do céu, nem

somente das áreas mais privilegiadas da sociedade. Ela surge também e principalmente na dura realidade dos bairros pobres, onde a própria idéia de poder e ter de estudar é muitas vezes estranha.

Sabemos que a redução da repetência e da evasão nas escolas é um processo que requer políticas estruturadas e ações de longo prazo. Quais seriam os passos mais importantes a serem tomados nessa gestão do governo federal, em relação ao combate à repetência? Há exemplos atuais que você gostaria de destacar?

Creio que o conjunto das medidas que vem sendo implementadas pela União nos últimos anos, por meio de programas de apoio aos sistemas de ensino, programas de apoio aos dirigentes municipais, programas de capacitação de conselheiros municipais, formação de gestores para a educação básica, o pró-letramento, o pró-licenciatura, o pró-funcionário e outros devem continuar existindo.

O mais importante, no entanto, nesse momento histórico, parece-me que é a implantação do Fundeb, que representará um aporte significativo de recursos da União e dos Estados nos próximos anos, com importantes impactos na educação básica como um todo (da Educação Infantil ao Ensino Médio).

Painel da Educação Brasileira

É preciso levar a avaliação para dentro das escolas, recomenda José Francisco Soares

José Francisco Soares é presidente da Associação Brasileira de Avaliação Educacional e coordenador do Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais (Game), da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Criado em 1995, o Game reúne professores de diversas áreas do conhecimento com o objetivo de produzir informações originais em "avaliação de programas educacionais, além de manter e divulgar dados primários sobre os sistemas educacionais, capacitar pessoal na área e educação, subsidiar órgãos responsáveis pelo planejamento do sistema educacional e prestar serviços a entidades envolvidas com a educação".

As preocupações de Soares vão além dos números revelados pelos sistemas de avaliação da Educação. Ele propõe que esses números se traduzam em "expressão pedagógica" e, dessa maneira, possam realmente mudar a realidade dentro das escolas.

O Brasil é um país jovem no que diz às avaliações de desempenho escolar. Já é possível sentir o impacto dessas avaliações na melhoria da Educação?

A grande mudança está no fato de a sociedade e o sistema educacional reconhecerem que é legítimo perguntar à escola quais são seus resultados. No Brasil, esse não é o padrão. À escola cabia dizer de que precisava de professores, biblioteca, infra-estrutura, e a sociedade não tinha o direito de questionar quais os resultados obtidos com o que a escola recebia. Vale lembrar que isso não acontecia apenas no Brasil. No mundo todo, as avaliações são recentes. Trata-se de olhar para a escola de igual para igual. E essa nova relação é salutar. A principal mudança, portanto, é cultural.

Como os dados produzidos pelo Inep estão sendo usados hoje pelos gestores da Educação e pela sociedade como um todo?

Infelizmente, quem está à frente da gestão das escolas geralmente tem dois tipos de reação: ou rejeita ou acha esse novo olhar um incômodo. É importante que os pais e a sociedade se organizem para cobrar resultados.

De que maneira as avaliações podem ser aperfeiçoadas e melhor utilizadas na construção da uma Educação de qualidade?

As avaliações hoje fornecem informações para os gestores públicos de Educação. Estes podem saber quantos alunos estão em que nível dentro do quadro de avaliação.

Precisamos transformar os números em expressão pedagógica. Saber o que os exames nos dizem sobre o ensino em si. Essa informação seria útil para a escola, e não apenas para o gestor e poderia influenciar o processo pedagógico.

Para que isso aconteça, a preocupação com a expressão pedagógica dos sistemas de avaliação deve estar embutida no planejamento dos exames. Somente assim, eles fornecerão as respostas esperadas.

Se as avaliações ficam apenas nos números, a escola se sente incomodada e tende a rejeitar os resultados. Não há nada de errado em escola prestar contas, mas é importante que a escola saiba onde está e onde pode chegar. Ou seja, como melhorar. E, nesse caso, cada escola deve ter um desafio do tamanho de que ela dá conta.

Sabemos que o aperfeiçoamento das avaliações é processo de longo prazo. Levando-se em consideração o governo que se inicia agora, quais seriam os passos mais importantes em relação à avaliação nos próximos quatro anos?

Podemos dar um salto de qualidade. Tornar rotineiro o uso da avaliação na relação entre o pai e a escola, entre a sociedade e a escola, e entre o governo e a escola. Além disso, como já mencionei, é fundamental contemplar a dimensão pedagógica das avaliações, transformando números em ação pedagógica. Assim, a avaliação não será algo estranho à escola e poderá orientar seu projeto pedagógico, fazendo parte de seu dia-a-dia.

Painel da Educação Brasileira

Podemos assegurar a alfabetização de todos os alunos no prazo de quatro a cinco anos, diz João Batista Araujo e Oliveira

Há 40 anos dedicando-se à Educação, João Batista Araujo e Oliveira é uma referência nacional quando se trata de discutir os desafios da alfabetização. Já atuou como professor, pesquisador, consultor e ocupou cargos técnicos e executivos em instituições públicas nacionais e internacionais. Criou e preside o Instituto Alfa e Beto, uma organização não-governamental que busca disseminar e promover políticas e práticas de “educação baseada em evidências”, tendo como prioridade a alfabetização.

João Batista já publicou mais de 30 livros. O mais recente é Reforma da Educação: Por Onde Começar?, em que trata da reforma educacional que acredita ser necessário para o Brasil. “Precisamos primeiro criar a crise, reconhecer o problema e sua gravidade. Depois precisamos reconhecer que estamos no rumo errado – temos arremedo de tudo, mas nada sério. Em seguida precisamos estabelecer os parâmetros –especialmente referentes ao funcionamento da escola e ao padrão de professores que queremos”, afirma.

Há uma idade escolar considerada apropriada para a alfabetização?

Do ponto de vista neurológico, quase todas as crianças possuem todas as condições para se alfabetizar por volta dos 6 anos. De fato é isso que ocorre na maioria dos países, de forma que, aos 7 anos, as crianças já estão alfabetizadas.

No Brasil, os filhos de classe média aprendem a ler no máximo até o final dos 6 anos, e quando iniciam a 1ª série já sabem ler. Para a maioria da população, no entanto, é desejável que a alfabetização ocorra nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental de nove anos, pelo menos até que tenhamos um sistema de Educação Infantil de qualidade que compense as deficiências sócio-culturais das famílias.

Podemos fazer isso no prazo de quatro a cinco anos, se começarmos logo e agirmos com firmeza, sem fazer concessões à inércia e ao corporativismo. E podemos usar esse sucesso para ir melhorando os outros níveis.

O atraso na idade de alfabetizar cria sérios déficits para a criança: quanto mais atrasa, maior a dificuldade para se alfabetizar.

Como se define uma criança alfabetizada?

Uma criança está alfabetizada quando domina o código alfabeto, ou seja, quando consegue encodificar (escrever) e decodificar (ler) o que está escrito. Essa é a definição corrente entre os estudiosos do assunto e utilizada na literatura especializada.

Uma outra forma é dizer que a criança está alfabetizada quando identifica automaticamente as palavras. Isso significa que ela lê palavras sem decodificar e sem adivinhar. E é capaz de transcrever as palavras.

Uma terceira seria a definição de alfabetização funcional: a criança está alfabetizada quando possui as competências necessárias para cursar a 2ª. série (do Ensino

Fundamental de 8 anos). Isso significa que ela precisa saber ler com uma fluência mínima de 60 a 80 palavras por minuto. E deve ser capaz de fazer uma transcrição ortograficamente defensável (ditado) em um tempo delimitado.

Todas essas definições implicam que a alfabetização é um processo finito, com princípio, meio e fim. E é dessa forma também que vejo a alfabetização, como um processo finito, não como algo permanente.

Sabe-se que o País não vem conseguindo alfabetizar adequadamente suas crianças pelas avaliações realizadas nas séries posteriores. Por que o Brasil não consegue avaliar de modo mais preciso quantas (e quais) de suas crianças são alfabetizadas na idade apropriada?

A razão disso vem da definição equivocada de alfabetização, disseminada de forma particularmente intensa com os PCNs (Parâmetros Curriculares para a Alfabetização, do MEC). Os PCNs não definem alfabetização, tergiversam sobre o termo e, como consequência, confundem alfabetização com outras coisas.

A partir de uma definição equivocada, torna-se impossível delinear as competências que constituem o processo de alfabetização - o que também é desprezado pelos PCNS e pela maioria dos educadores no Brasil.

Os testes de “alfabetização” caem nessa armadilha. A consequência de ignorar e de não avaliar essas competências é que ficamos sem informações sobre o que está errado na alfabetização. Sem diagnóstico preciso torna-se impossível prevenir e remediar.

Quais as consequências da alfabetização inadequada nos primeiros anos de ensino para o restante da vida escolar dos alunos?

Mencionarei apenas algumas. A primeira é o fracasso escolar. O Brasil matricula quase 10 milhões de alunos nas duas primeiras séries, um terço desses alunos são analfabetos repetentes. São R\$ 3.6 bilhões jogados fora a cada ano.

O segundo é a defasagem escolar, associada à reprovação. Quanto mais o aluno demora para aprender a ler, menos lê, menos vocabulário incorpora. O prejuízo pode ser de 3 a 10 mil palavras por ano, em relação a seus colegas. É um prejuízo cumulativo irreversível. E pior, enchemos as escolas de alunos para reprová-los na porta da entrada.

Em sua opinião, quais as razões que levam a essa alfabetização inadequada?

As razões do fracasso da alfabetização no Brasil já foram suficientemente analisadas, de modo particular no relatório “Alfabetização infantil: novos Caminhos”, apresentado à Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados em setembro de 2003 e até hoje solenemente ignorado pelas autoridades educacionais e pela comunidade acadêmica brasileira.

Também analisei a questão no livro *A Escola Vista por Dentro*, que escrevi com a colaboração de Simon Schwartzman. Ali falamos de dois conjuntos de causas. As gerais – que repercutem as mazelas gerais comuns ao mau funcionamento do ensino como um

todo; e as específicas, que resultam da postura equivocada das autoridades brasileiras, da comunidade acadêmica e dos educadores a respeito do que seja alfabetizar, das competências necessárias à alfabetização, do que sejam materiais e métodos adequados. Enfim, é o preço que pagamos por ignorar o avanço científico na área.

O Sr. acredita que há perspectivas de mudanças nesse quadro?

Tanto acredito que há cinco anos não faço outra coisa, e não tenho vocação para D. Quixote. Só que o Brasil ainda não descobriu que há uma crise na alfabetização, como não descobriu que há uma crise na Educação. Isso é um processo que leva tempo. Mas que começa a avançar.

Na Câmara Federal a voz isolada do deputado Gastão Vieira (PMDB-MA) é como uma semente lançada ao vento, mas que ainda vai frutificar. O Ministro Fernando Haddad, por exemplo, já tem consciência disso, mas infelizmente ainda não conseguiu convencer seus subordinados do MEC sobre o que fazer a respeito.

De qualquer modo, ele vem apoiando, sem alarde, algumas iniciativas importantes na área. Alguns dos novos Secretários de Educação já têm consciência do problema e, certos deles, dos caminhos promissores. Há centenas de municípios que já vêm se esforçando para mudar essa situação, alguns já colhendo os primeiros frutos. E alguns setores da comunidade acadêmica, especialmente uma meia dúzia de economistas que começam a se interessar pela Educação, estão se preparando para entrar no debate.

O que os pais podem fazer para acompanhar o processo de alfabetização dos filhos?

Aqui temos que diferenciar o curto e o longo prazo. No longo prazo o mais importante é ler e conversar com as crianças, desde a gravidez. Mesmo depois que a criança já sabe ler é importante continuar a ler e conversar sobre leitura de livros e do mundo em geral. Isso é o mais importante de tudo.

Entre os quatro e os cinco anos é importante brincar com números, letras, livros, sons, rimas, ritmos, enfim, com essas habilidades que preparam o aluno para se alfabetizar e para querer ser alfabetizado. Nessas duas atividades o resultado mais importante é que o aluno adquira o hábito e o gosto pela leitura, mesmo antes de aprender a ler.

Ao longo do processo de alfabetização os pais devem primeiro, obter o programa de ensino de alfabetização na escola. A escola tem obrigação de dizer com clareza quando a criança estará alfabetizada, e que progressos e desempenhos ela deve demonstrar ao longo dos vários trimestres.

Com isso em mãos, os pais podem saber se seus filhos estão se alfabetizando, e pressionar a escola a tomar providências para que isso ocorra durante o ano letivo. Devem averiguar se a escola possui uma biblioteca com livros adequados para os alunos, ou fazer pressão para que uma seja criada. E, claro, devem acompanhar e apoiar os filhos nos deveres de casa.

Num esforço nacional de garantia da alfabetização infantil, o que a sociedade civil (ONGs, empresas, etc) pode fazer para complementar o trabalho da escola pública?

Primeiro é preciso denunciar a crise e cobrar, do governo federal, uma resposta às análises apresentadas no relatório da Câmara dos Deputados que mencionei antes.

Nesse relatório, subscrito por alguns dos mais renomados especialistas em alfabetização do mundo, afirma-se que o Brasil optou por um caminho equivocado nessa área, caminho que não mais é trilhado por nenhum país onde a educação dá certo. As autoridades não podem se omitir em dar respostas a esse relatório.

Segundo, as empresas poderiam, por exemplo, limitar suas parcerias às escolas e sistemas de ensino que tivessem definições, programas de ensino, políticas e práticas de alfabetização consistentes com o estado da arte. E patrocinar redes de ensino que se abram para atualizar suas políticas e práticas eficazes de alfabetização.

Além disso, pode-se incentivar a disseminação de bibliotecas, especialmente nas comunidades locais, especializadas em literatura infantil para os sete primeiros anos de vida. No site do Instituto Alfa e Beto (www.alfaebeto.com.br) os interessados poderão encontrar informações e bibliografia a respeito.

Cada vez mais a Educação Infantil (ou pré-escolar) ocupa um lugar de destaque nas discussões sobre a Educação Básica no Brasil. Como o Sr. avalia esse tendência? A Educação Infantil de qualidade pode contribuir decisivamente para o maior sucesso da alfabetização?

Para que a Educação Infantil mude as chances de sucesso da maioria da população, ela tem de ser de excelente qualidade. E a pressa brasileira de expandir indefinidamente a oferta de Educação sem qualidade contribui para tornar a Educação, desde a infantil, num fator de aumento da desigualdade, e não de sua diminuição. Não basta fazer, é preciso fazer bem feito.

Painel da Educação Brasileira

É preciso aumentar os recursos e melhorar sua gestão, defende Maria do Pilar Lacerda

Maria do Pilar, presidente da UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte, conversou com o Todos Pela Educação sobre a questão do financiamento na Educação e seu impacto na qualidade do ensino. Na opinião dela, as grandes desigualdades regionais e sociais do Brasil só se reduzem com grandes investimentos, sistemáticos e sistêmicos.

O Todos Pela Educação (TPE), acredita, que o Brasil ainda investe pouco na Educação Básica, apenas 3,2% do PIB. A Meta do TPE é passar de 3,2% para 5,0%. Qual é a sua opinião sobre o investimento brasileiro na Educação Básica?

Claramente ainda é baixo. A existência da vinculação constitucional de recursos para a Educação é um fator positivo para o investimento em Educação, mas é necessário continuar o debate sobre a DRU – Desvinculação das Receitas da União. A DRU provocou uma queda da vinculação constitucional de 14,4%, por parte da União.

Apesar de o percentual de investimento em Educação no Brasil ser elevado, ao comparar com outros países, é preciso lembrar que não é possível equacionar uma desigualdade secular em duas décadas.

Para o Brasil avançar nos indicadores educacionais e corrigir essa distorção, precisamos investir o dobro durante vários anos. As grandes desigualdades regionais e/ou sociais só se reduzem com grandes investimentos, sistemáticos e sistêmicos. O Brasil investe pouco considerando suas necessidades históricas.

Qual será o impacto do Fundeb no investimento na Educação Básica?

O Fundeb é um avanço, mas não é uma panacéia para o financiamento da Educação pública no Brasil. A tendência é que o município seja beneficiado, porque a demanda de vagas no Ensino Fundamental e no Ensino Médio não tem crescido de maneira a pressionar os sistemas, e é na Educação Infantil que a demanda por vagas ainda é imensa. Apenas 13% das crianças de 4 meses a 3 anos têm, hoje, matrícula garantida na creche. O Fundeb cria a expectativa de que teremos mais recursos para essa etapa da Educação Básica, mas os recursos são apenas para as matrículas existentes.

Para recebermos mais recursos, teremos de investir na construção de escolas e aprofundar nosso projeto pedagógico de Educação Infantil. Porque nenhuma prefeitura vai abrir vagas em qualquer lugar, devido às particularidades desse atendimento.

Apesar desses desafios, permanece o grande avanço do Fundeb que é tratar toda a Educação Básica como direito.

Alguns especialistas afirmam que o problema da Educação brasileira não está no investimento em si, mas na maneira como ele é gerido. Qual é a sua opinião sobre este ponto?

É preciso acabar com esta dicotomia quantidade x qualidade. No Brasil, considerando suas especificidades históricas (nepotismo, corrupção, desvio de recursos) é preciso fazer as duas coisas: aumentar os recursos e melhorar sua gestão. Ninguém é contra isto. Porém, isso não pode ser usado como desculpa para não ampliar os recursos para Educação.

O Brasil gasta pouco e em alguns aspectos mal. Não será reduzindo o gasto que o melhoraremos, mas é ampliando que se melhora inclusive sua gestão. Educação pública de qualidade é direito de todos os cidadãos.

Dentro da proposta do PDE, apresentado esta semana pelo presidente Lula e pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, uma parte do financiamento escolar fica vinculada ao desempenho do município. Alguns especialistas discordam dessa idéia, dizendo que não se deve vincular financiamento a avaliação. Qual é a sua opinião sobre essa questão?

A Undime propôs alguns compromissos que os gestores precisam assumir, como instrumento da melhoria do sistema educacional. Nesse sentido, defendemos que a construção do Indicador de Desenvolvimento Educacional - IDE deve considerar a necessidade de estabelecer uma coerência entre os compromissos sugeridos e a forma de avaliação técnica dos mesmos.

A forma de monitoramento dos resultados desse novo programa deverá estar expressa no IDE e deverá atender as reformulações de pressupostos nas políticas do Ministério da Educação, principalmente no que concerne à avaliação sistêmica.

Painel da Educação Brasileira

Precisamos mostrar os efeitos perversos da repetência, diz Maria Helena Guimarães de Castro

Em entrevista ao Todos Pela Educação, Maria Helena Guimarães de Castro comenta os efeitos perversos da repetência na vida do aluno e a importância da família para o sucesso escolar. Quanto mais o aluno é reprovado, maior a probabilidade de ele abandonar a escola e menor a possibilidade de ele continuar aprendendo, diz ela.

Socióloga formada pela Universidade de Campinas, doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, Maria Helena Guimarães de Castro é hoje uma das grandes referências em Educação do Brasil. Em 1993, assumiu o posto de secretária de Educação de Campinas e, no ano seguinte, tornou-se secretária-executiva do MEC, ao lado do então ministro Paulo Renato. Presidiu, por sete anos, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), trabalhou como pesquisadora no Núcleo de Políticas Públicas da Unicamp e, atualmente, é Secretária Estadual de Educação do Distrito Federal.

Quais as principais causas da repetência no Brasil?

Acredita-se que o aluno que repete é um aluno que vai aprender mais. No entanto, todas as pesquisas mostram, não só no Brasil como no mundo, que quanto mais o aluno é reprovado, maior a probabilidade de ele abandonar a escola e menor a possibilidade de ele continuar aprendendo.

O que você acha que pode ser feito para reduzir a repetência?

A primeira coisa é fazer um trabalho com os professores, com as equipes das escolas e também com as famílias no sentido de mostrar os efeitos perversos da repetência sobre a aprendizagem, seus efeitos disso na auto-estima das crianças.

Ao mesmo tempo, desenvolver programas de aceleração da aprendizagem que possam colocar os alunos na série correspondente à sua idade para que eles recuperem o interesse pela escola ao realizarem atividades mais adequadas à sua faixa etária. Trabalho com as famílias, com os professores e aceleração para os alunos.

Segundo dados do MEC, a taxa de conclusão do ensino médio dez anos atrás era melhor do que atualmente. O que deve ser feito para melhorar essa taxa?

Para melhorar a taxa de conclusão do ensino médio é preciso melhorar a qualidade do ensino fundamental. Nós precisamos fazer primeiro com que o ensino fundamental tenha mais efetividade. Hoje, de cada 100 alunos que ingressam no ensino fundamental, apenas 64 concluem a 8ª série e 45 concluem o ensino médio. Então, nós temos um gargalo.

Temos que olhar o conjunto da Educação Básica. Para melhorar a taxa de conclusão do Ensino Fundamental, temos que ampliar a Educação Infantil, principalmente, pré-escola porque já se sabe que alunos que têm acesso à pré-escola têm um desempenho muito melhor no Ensino Fundamental, independentemente da classe social, da renda familiar e da escolaridade dos pais.

Outra medida para melhorar a taxa de conclusão do Ensino Médio é oferecer aos jovens que alternativas adequadas de prosseguimento dos estudos, além do Ensino Superior Universitário. É importante mostrar para aqueles que estão com uma defasagem idade-série muito alta, que é uma alternativa muito boa, e que funciona, que é o EJA (Educação de Jovens e Adultos) integrado à Educação Profissional ou ao Ensino Profissionalizante.

Uma terceira alternativa é a diversificação do Ensino Médio. Estou cada vez mais convencida de que precisamos diversificar o Ensino Médio e oferecer trajetórias escolares distintas para os alunos, uma vez que há estudantes de faixas etárias muito diferentes, alunos que buscam caminhos distintos para que possam se profissionalizar e se integrar ao mundo do trabalho. Esse é um assunto muito importante que merece uma dedicação especial dos especialistas da área da Educação.

Qual a sua opinião sobre o sistema de ciclos?

Eu defendo a progressão continuada desde que ela seja efetivamente implementada, com reforço escolar permanente, com capacitação dos professores, com material didático pedagógico de apoio ao professor e ao aluno, para que ao longo do ciclo os alunos sejam permanentemente avaliados e com isso os professores tenham condições de identificar as deficiências, as dificuldades dos alunos e apoiá-los, oferecendo as mesmas oportunidades de aprendizagem a todos. Nesse sentido, eu defendo a progressão continuada.

Qual é o problema? O debate hoje em São Paulo é que os ciclos são muito longos e, portanto, os professores não conseguem acompanhar os alunos. Eu diria que o problema não é o tamanho do ciclo, é o modo de implementação dele, seja de dois, três ou quatro anos. Há países como a França, em que os ciclos de aprendizagem têm três anos de duração.

São Paulo pode reduzir o ciclo para dois anos e continuar tendo o mesmo problema se a metodologia de alfabetização, se a gestão da sala de aula, se a gestão da escola não forem alteradas e, principalmente, se a escola e os professores não começaram a se responsabilizar pelos resultados dos alunos.

Não adianta nada mudar a duração do ciclo se o professor e o diretor da escola não se sentirem responsáveis pelos resultados dos seus alunos. O problema é maior do que a duração do ciclo.

Você cita, em entrevista à Agência de Notícias Todos Pela Educação, que 70% do aprendizado do aluno vêm das experiências advindas da família. Em sua opinião, como deve ser a participação dos pais para o sucesso escolar dos seus filhos?

Pesquisas realizadas por vários especialistas mostram que 70% do aprendizado relaciona-se à vida familiar, ao acesso à cultura de modo geral, coisa que, nós sabemos, o aluno de mais baixa renda tem dificuldade de acesso.

Então, é preciso que a escola possa compensar as dificuldades de acesso a bens culturais para os alunos de baixa renda para que eles tenham as mesmas oportunidades, as mesmas condições de aprendizagem. Agora, 30% da escola, se refere ao caso brasileiro. E isso é bastante porque em alguns países muito desenvolvidos, como Canadá, Finlândia, de alto IDH, a escola responde apenas por 10%, os 90% devem-se ao alto grau de bem-estar daquelas sociedades.

Como deveria ser a atuação do governo e da escola em relação à participação da família no processo de aprendizado dos alunos?

O papel do governo deve ser, principalmente, chamar as famílias, promover programas de educação das famílias, especialmente em sociedades muito desiguais como a nossa. Esse trabalho é fundamental para que as famílias comecem a acompanhar a vida escolar dos seus filhos, a cobrar resultados, comecem a participar das reuniões realizadas pelas escolas.

Desse modo, as famílias passam a ter interesse em participar dessas reuniões, começam a motivar os seus filhos para que eles entendam a importância de fazer o dever de casa, de estudar. As famílias também passam a ser capazes de procurar a escola e fazer demandas. Se o filho tem dificuldade, a mãe pode ir à escola pedir reforço para ele. Essa cobrança dos pais é fundamental para que os alunos sintam que eles estão amparados no processo de aprendizagem e para que melhore a qualidade da escola.

Sabemos que a redução da repetência nas escolas é um processo que requer políticas estruturadas e ações de longo prazo. Levando-se em consideração o governo que se inicia agora, quais seriam os passos mais importantes em relação ao combate à repetência nos próximos quatro anos? Há exemplos atuais que você gostaria de destacar?

O combate à repetência, como já dissemos, deve se dar em duas frentes. Uma delas são os programas de aceleração de aprendizagem e o encaminhamento dos alunos mais velhos para a EJA (Educação de Jovens e Adultos). Dessa maneira, os alunos em defasagem idade série são reposicionados dentro do sistema de ensino em posições que os colocam em melhores condições de desenvolver seu potencial.

Ao mesmo tempo, é preciso atuar no sentido de mudar uma mentalidade de valorização da reprovação como mecanismo para aferir se o aluno aprendeu ou não. É preciso mudar o foco e trabalhar as dificuldades que os alunos têm durante o processo de ensino e aprendizagem, por isso as avaliações são tão importantes, pois elas trazem referências para que possamos identificar o que está errado e tomar as medidas necessárias o quanto antes.

Outra linha importante é o investimento na formação do professor, na gestão da escola e da sala de aula voltada para a qualidade e a oferta de materiais de suporte didático de qualidade para professores e alunos.

Painel da Educação Brasileira

A gestão pública no Brasil deixa muito a desejar, afirma Mariza Abreu

Em entrevista à Agência de Notícias Todos Pela Educação, a Secretária de Educação do Rio Grande do Sul, Mariza Abreu, fala sobre a importância de uma boa gestão para a melhoria da Educação e discute temas como acesso e cobertura, fluxo escolar e níveis de aprendizagem. Segundo ela, é imprescindível aperfeiçoar a gestão de recursos para a Educação, desde a gestão de pessoas até a gestão de recursos financeiros.

Mariza Abreu é licenciada em História e bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Ufrgs. Possui também pós-graduação em História pela Unicamp. Exerceu o cargo de secretária municipal de Educação de Caxias do Sul. Atuou na elaboração do programa de governo de Yeda Crusius e também integrou a equipe de transição.

Qual é a sua avaliação sobre a qualidade da gestão pública no Brasil?

A gestão pública no Brasil deixa muito a desejar. Primeiro, quase não há planejamento a médio e longo prazo. Segundo, os procedimentos administrativos e operacionais são antigos e ultrapassados. Terceiro, predomina a lógica dos interesses particularistas e corporativos, especialmente de setores privados e do funcionalismo que "privatizaram" o Estado.

Em sua opinião, quais as alternativas para melhorá-la?

É preciso reorientar a gestão da lógica dos processos para a dos resultados. Por exemplo, na Educação é comum os gestores relatarem projetos, iniciativas e ações que estão implementando sem articulação com os resultados nas três dimensões da política educacional: 1ª) acesso/cobertura educacional (taxas de atendimento educacional, escolarização líquida e bruta etc.), 2ª) produtividade ou fluxo escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono, promoção, repetência e evasão, distorção série/idade, conclusão, tempo médio de permanência, tempo médio esperado para conclusão etc.), e 3ª) níveis de aprendizagem (resultados dos processos externos de avaliação do rendimento escolar, como SAEB, ENEM, Prova Brasil, PISA etc.).

Hoje em dia o Secretário de Educação tem de cuidar de uma série de assuntos como merenda escolar, transporte, violência. Você acredita que essas atividades relacionadas à Educação fazem com que o secretário não consiga dedicar o tempo ideal à qualidade do ensino? Como resolver este problema?

É realmente um desafio cuidar de assuntos como os citados sem perder o foco na gestão da aprendizagem. Para isso, entendo que é necessário amplo debate e mobilização social em torno de metas claras e objetivas relacionadas com as dimensões da política educacional que mencionei na questão anterior.

Nesse sentido, as metas do **Todos pela Educação** serão fundamentais para orientar as políticas públicas de Educação nos três níveis de governo e também as iniciativas da sociedade civil organizada, incluindo comunidade escolar, empresariado, mídia e organizações não governamentais.

Ao mesmo tempo, precisamos agir com base na compreensão de que as condições adversas de oferta da Educação Escolar no Brasil – como a precariedade de prédios escolares, falta de equipamentos, insuficiente formação de professores... – constituem dificuldades significativas, mas não podem se tornar obstáculos intransponíveis para a melhoria da qualidade do ensino. Não são etapas sucessivas, mas questões que precisam ser enfrentadas simultaneamente.

Pesquisas internacionais afirmam que o melhor desempenho do ensino está ligado, em boa parte, à maior autonomia das escolas. Qual é a sua opinião sobre essa questão?

A autonomia da escola precisa ser debatida para ser aperfeiçoada e aprofundada no Brasil. Em grande parte, os graus de autonomia conquistados no período recente da nossa história – notadamente da redemocratização para cá – muitas vezes têm convertido a escola em espaço de defesa de interesses corporativos da categoria dos professores na maioria das situações em contradição com os interesses de pais e alunos.

Autonomia tem significado independência dos governos legitimamente instituídos pelo voto universal da população, colocando interesses de setores sociais em confronto com interesses gerais da sociedade.

A autonomia da escola que tem impacto positivo no melhor desempenho do ensino é a que implica responsabilização da escola e dos professores pelos resultados de aprendizagem dos alunos diante da sociedade, inclusive com conseqüências financeiras para as escolas e os servidores públicos por elas responsáveis.

Fala-se muito no Brasil sobre a questão da ajuda financeira de empresas às escolas. Há uma série de controvérsias e opiniões divergentes quanto a este assunto. Qual é a sua opinião sobre a participação de empresas nas escolas?

As parcerias público-privadas são fundamentais não só para assegurar a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do País, mas também para garantir a oferta de serviços públicos de qualidade à população brasileira.

O que precisa ser bem equacionado é que a política de Educação deve ser de responsabilidade do poder público, de forma a assegurar seu caráter republicano, no sentido inverso de formulações particularistas que só contribuiriam para aprofundar as desigualdades sociais e educacionais vigentes no Brasil.

Assim, a fixação geral de metas para a Educação, as definições sobre currículos mínimos, os processos de avaliação externa de aprendizagem, as políticas de formação de professores e do livro didático, a fixação de padrões mínimos de funcionamento das escolas e a garantia de condições mínimas de financiamento da Educação pública são dimensões da política educacional que cabem ao poder público e que não podem ser privatizadas.

Você poderia destacar atividades realizadas no Rio Grande do Sul para a melhoria da gestão pública que sirvam de exemplo para outros gestores?

O Rio Grande do Sul destaca-se no País por ter desenvolvido um sistema educacional com qualidade amplamente reconhecida há pelo menos cerca de vinte anos atrás. Entretanto, nos últimos anos a Educação gaúcha vem perdendo posição relativa no contexto nacional.

Isso só pode ser entendido no quadro de desequilíbrio das contas públicas que o Estado vive há mais de 30 anos, com a conseqüente redução das despesas com Educação e da capacidade de investimento em qualidade dos serviços públicos. E os governos têm tido dificuldades para enfrentar essa situação.

Para exemplificar, em todo o Brasil o movimento sindical dos professores é contra processos de avaliação externa de aprendizagem, mas em outros Estados como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Ceará, Bahia, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso do Sul..., os governos implementam esses processos. No Rio Grande do Sul, a força do funcionalismo parece ser maior do que em outros Estados, o que explicaria, por exemplo, o fato de que até agora os governos estaduais não conseguiram consolidar a avaliação educacional.

O governo do período 1995/98 começou a avaliar, o governo 1999/02 interrompeu esse processo em atendimento à reivindicação do movimento sindical, o governo 1003/06 retomou a avaliação num projeto piloto articulado com a experiência de contratos de gestão e, novamente por demanda do movimento sindical, essa experiência foi interrompida.

Sabemos que a melhoria da gestão é um processo que requer políticas estruturadas e ações em longo prazo. Levando-se em consideração o governo que se inicia agora, quais seriam os passos mais importantes para a gestão nos próximos quatro anos?

Primeiro, é preciso transformar a qualidade da Educação escolar em demanda social por meio de um amplo processo de debate público, no qual se apresentem e problematizem os indicadores educacionais relativos ao acesso, fluxo escolar e níveis de aprendizagem dos alunos, alterando profundamente a temática do debate, nos últimos anos restrita a salários do magistério, greves e recuperação das aulas.

Segundo, como condição e conseqüência do primeiro, é necessário despolarizar e despolarizar o debate público, há anos reduzido a um contraponto de posições entre o governo e a categoria dos professores representada pelo sindicato, incorporando novos atores nesse processo público, especialmente assegurando a palavra a pais, empresários, associações da sociedade civil etc.

Terceiro, deve-se coordenar amplo processo de participação social – sem assembleísmo ou democratismo – para fixar metas para a Educação em consonância com as metas nacionais do Todos pela Educação.

Quarto, é preciso desenvolver mecanismos de acompanhamento da busca do cumprimento dessas metas, com ampla divulgação para a sociedade, como a construção e consolidação de um sistema gaúcho de avaliação do rendimento escolar.

Quinto, é absolutamente imprescindível aperfeiçoar a gestão dos recursos para a Educação, desde a gestão de pessoal até a gestão de recursos financeiros. Para isso, a legislação do magistério precisa ser reestruturada de forma a articular a vida funcional dos professores com a qualidade do ensino e a aplicação dos recursos financeiros na Educação deve obedecer a legislação vigente com transparência e controle social.

Por último, deve-se procurar articular todas as ações e iniciativas dos governos estadual e municipais e das mais variadas organizações da sociedade civil em torno da busca do cumprimento dessas metas.

Painel da Educação Brasileira

É necessário um programa de bolsas de estudos para alunos de 15 a 17 anos, diz Naercio Menezes Filho

O professor Naercio Menezes, em entrevista ao Todos Pela Educação, comenta o grande desafio que o Brasil enfrenta hoje com relação à repetência e evasão escolar. Na opinião dele, o principal desafio do País está no Ensino Médio e é preciso um programa de bolsas de estudo que focalize diretamente o jovem de 15 a 17 anos.

Naercio Aquino Menezes Filho é formado em Economia pela Universidade de São Paulo (1986), mestre em Economia pela Universidade de São Paulo (1992) e doutor em Economia pela University of London (1997). É professor associado da Universidade de São Paulo, Professor Titular da IBMEC Educacional S.A. e membro de corpo editorial da Brazilian Review of Econometrics.

Quais os principais desafios que o Brasil enfrenta hoje em relação ao acesso e à permanência escolar? Quais as causas da evasão escolar?

O principal desafio que o País enfrenta está no Ensino Médio, pois menos de 50% dos alunos com 15 a 17 anos de idade está freqüentando a escola na série correta. As principais causas deste cenário são o aumento da repetência e a conseqüente evasão dos alunos no Ensino Fundamental, que fazem com que menos alunos concluam esse nível e passem para o Ensino Médio.

O que você acha que deve ser feito para enfrentar estes desafios?

Para enfrentar o desafio do acesso e da permanência, deve-se incentivar os regimes de progressão continuada, que ajudem a reverter o processo de aumento da repetência e da evasão.

Em sua opinião, a que se deve essa divergência entre a freqüência real nas escolas e a taxa de matrícula apresentada no Censo?

A taxa de matrícula no Ensino fundamental para crianças na idade correta é de cerca de 95%. No ensino médio é de aproximadamente 45%. A diferença entre os números das PNADs e do Censo escolar refletem a evasão dos alunos ao longo do ano letivo, pois o censo é realizado em Março.

O Fundef ajudou a universalizar o Ensino Fundamental. Você acha que o Fundeb conseguirá universalizar o Ensino Médio, uma vez que hoje apenas 45% dos jovens com idade entre 15 e 17 anos estão nele?

Acho difícil, se não houver um programa de bolsas que focalize diretamente o jovem nessa faixa etária. Caso contrário o jovem tenderá a sair da escola e ir para o trabalho ou engajar-se em atividades ilícitas.

Ao olharmos dados do Censo, vemos que a matrícula de alunos no Ensino Médio está caindo. A que se deve esta queda?

Essa queda ocorre pela diminuição no número de concluintes do ensino fundamental, que por sua vez ocorre pelo aumento da repetência e da evasão nesse ciclo.

Sabemos que a melhoria do acesso e da permanência dos alunos nas escolas são processos que requerem políticas estruturadas e ações em longo prazo. Quais são os passos mais importantes em relação a estes dois temas nos próximos quatro anos?

Em minha opinião, os passos mais importantes para os próximos quatro anos são investimentos em educação infantil, melhora da qualidade do ensino, uma bolsa para jovens de 15 a 17 anos de idade e uma melhora geral no processo de gestão da educação pública.

Painel da Educação Brasileira

Qualidade da Educação espelha desigualdades do País, afirma Paulo Corbucci

Arquiteto de formação, com mestrado em Educação e doutorado em Sociologia, Paulo Corbucci é Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e tem se destacado por sua contribuição ao debate sobre os rumos da Educação no Brasil. Ele é um dos responsáveis pelo capítulo “Subsídios para Melhorar a Educação no Brasil” que integra o estudo Desafios e “Perspectivas da Política Social”, publicado pelo Ipea no final de 2006.

“Os indicadores educacionais têm demonstrado que, apesar de o acesso ao ensino fundamental estar praticamente universalizado, apenas 53% dos alunos matriculados conseguem concluí-lo. A escolaridade média do brasileiro, que chegou a sete anos de estudo em 2005, permanece abaixo da escolaridade obrigatória no País. Destaca-se, ainda, a persistência de fortes desigualdades educacionais entre regiões do país, o campo e a cidade, bem como entre brancos e negros, em que pese os avanços observados. Por outro lado, a baixa da qualidade da Educação Básica continua sendo um dos mais graves problemas da Educação escolar no Brasil, mas a elas se somam o analfabetismo que, em 2005, atingia 10,9% da população brasileira, e o acesso restrito aos níveis de ensino não obrigatórios: infantil, médio e, sobretudo, superior, ao qual apenas 11,2% da população de 18 a 24 anos tem acesso”, afirma o estudo do Ipea, sobre o qual Corbucci também fala nesta entrevista.

Qual é a sua opinião sobre a qualidade da Educação Básica no Brasil?

A partir dos resultados de desempenho dos estudantes brasileiros, nos níveis Fundamental e Médio, obtidos por intermédio de avaliações nacionais (Saeb, Prova Brasil) e internacionais (Pisa), é praticamente inequívoca a conclusão de que a qualidade da Educação Básica é bastante insatisfatória.

No entanto, alguns segmentos de estudantes se encontram em situação ainda pior, uma vez que os índices médios de desempenho encobrem disparidades que são evidenciados quando os resultados são desagregados segundo a natureza institucional da escola (pública/privada), a localização regional, o nível de renda das famílias, a condição racial etc. Nesse sentido, a qualidade da Educação Básica espelha as desigualdades que permeiam a sociedade brasileira.

Quais os principais fatores que contribuem para o quadro existente hoje na Educação Básica?

Em geral, há duas categorias de fatores que estariam contribuindo para a configuração desse quadro e, o que é pior, para a sua reprodução: os extrínsecos à escola (renda,

valores, desagregação familiar, violência, etc.); e os intrínsecos à escola (professores, infra-estrutura, métodos de ensino e avaliação, etc.).

Ambas as categorias de fatores exercem significativa influência sobre o desempenho do estudante e, na ausência ou fragilidade de um deles, haverá a necessidade de uma compensação por parte de outro(s).

O programa da merenda escolar seria um exemplo de compensação para a baixa ingestão calórica de boa parte do alunado da escola pública brasileira, que se deve às precárias condições socioeconômicas de suas famílias. Portanto, se os fatores extrínsecos se apresentam em um nível aquém do necessário, e pelo fato de uma alteração dos mesmos demandar, em geral, ações de médio e longo prazos, haverá maior pressão sobre as variáveis intrínsecas à escola.

No campo didático-pedagógico, que integra os fatores intrínsecos, o papel do professor é central e decisivo. No entanto, não basta que este tenha domínio dos conteúdos, mas também que saiba como transmitir aos alunos, especialmente àqueles oriundos de contextos sociais marginalizados.

Existe uma relação entre a qualidade da Educação e os recursos disponibilizados para ela? Você acredita que o financiamento seja uma das principais causas dos problemas de qualidade enfrentados hoje na Educação brasileira?

Certamente que existe uma relação causal entre gastos e qualidade do ensino. Não há evidências empíricas de países que tenham destinado baixos percentuais do PIB à Educação e que tenham alcançado altos níveis de desempenho e qualidade nessa área.

No entanto, maiores volumes de recursos, por si só, não garantem a melhoria da qualidade. Há que se instituir, paralelamente ao aumento do fluxo de recursos, mecanismos de monitoramento e avaliação dos resultados, assim como de responsabilização dos agentes envolvidos no processo educacional, do gestores aos professores.

Os resultados recentes do Saeb mostram uma queda na qualidade do ensino de 1995 para 2005. A que se deve essa queda?

Acredito que, em grande medida, o pior desempenho registrado pelo Saeb, em 2005, seja devido à incorporação de segmentos da população mais vulneráveis em termos socioeconômicos e, portanto, até então excluídos do sistema educacional.

É provável que os fatores extrínsecos que estão condicionando o desempenho desses estudantes não tenham sido compensados pelo tipo de escola que, em geral, lhes é oferecido: as de periferia urbana. Estas contam com condições precárias de infra-estrutura, poucos equipamentos didático-pedagógicos e professores desmotivados, que se sentem impotentes diante de tamanhos obstáculos.

No estudo “Desafios e Perspectivas da Política Social”, do qual você participa, comenta-se a questão de garantir o padrão mínimo de investimento por aluno, com base em padrões de qualidade adequados. Como o investimento mínimo se relaciona com o atual investimento brasileiro na Educação? Qual o impacto do investimento mínimo na qualidade do Ensino Básico brasileiro?

Conforme é afirmado no estudo, não existe um valor per capita consensual para se ter uma escola de qualidade, até porque esse valor pode variar no tempo e no espaço.

Por exemplo: na fase de expansão de uma rede de ensino, que pressupõe mais investimentos em infra-estrutura, espera-se que haja necessidade de um volume maior de recursos. Do mesmo modo, as diferenças regionais nos preços dos insumos podem suscitar valores diferenciados de gasto por aluno.

De qualquer modo, é quase consenso entre os estudiosos do financiamento da Educação, no Brasil, que o gasto público atual, medido como parcela do PIB, é insuficiente para proporcionar uma Educação de qualidade. Esse gasto é ainda mais insuficiente nas áreas mais pobres, onde as escolas apresentam as piores condições de ensino, tal como mostram os dados do Censo Escolar do MEC.

Portanto, oferecer tratamento diferenciado, no que concerne ao financiamento da Educação, a essas regiões, estados e municípios, poderá concorrer para a melhoria da qualidade do ensino e, conseqüentemente, do desempenho dos estudantes com maior potencial de insucesso escolar.

Sabemos que a melhoria da qualidade do ensino é um processo que requer políticas estruturadas e ações no longo prazo. Levando-se em consideração o governo que se inicia agora, quais seriam os passos mais importantes para a qualidade da Educação brasileira nos próximos quatro anos? Há exemplos atuais que você gostaria de destacar?

Uma vez aprovado o Fundeb, resta agora o desafio de assegurar os recursos adicionais necessários à sua consolidação, prevista para os próximos quatro anos. Com o aumento de recursos, pelo menos duas linhas de ação poderiam ser priorizadas: valorização dos profissionais de Educação (formação, qualificação, remuneração e responsabilização); e implantação de padrões mínimos de infra-estrutura e equipamentos escolares (edificações, saneamento básica, bibliotecas, laboratórios, etc.).

A intensificação de ações dessa natureza poderia contribuir para equalizar as oportunidades de ensino e aprendizagem.

Painel da Educação Brasileira

Precisamos reduzir a desigualdade educacional, defende Ricardo Paes de Barros

Diretor de Estudos Sociais do IPEA, Ricardo Paes de Barros comenta, em entrevista ao Painel da Educação Brasileira, que o País precisa combater a desigualdade educacional e enfatiza as grandes diferenças existentes na Educação brasileira.

Pós-Doutorado pelo Centro de Crescimento Econômico, Yale University, 1989; Pós-Doutorado pelo Centro de Pesquisa em Economia, University of Chicago, 1988; Doutorado em Economia pela University of Chicago, 1987. Ricardo Paes de Barros atualmente está à frente da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA. Foi Professor Assistente de Economia no Economic Growth Center e Membro do Conselho de Estudos Latino Americano na Yale University.

Em sua opinião, quais os principais desafios que o Brasil enfrenta hoje em relação à Educação?

Um dos principais desafios que o Brasil enfrenta hoje é a questão da desigualdade educacional. Tomando como exemplo um mesmo dado, medido em duas realidades brasileiras, fica clara a disparidade. A proporção de alunos de 16 anos que completou a 8ª série, na região sul do país, filhos de pais com educação superior, é de 93%. Já o mesmo dado, tomando como amostra residentes da região nordeste, negros, com pais analfabetos funcionais, cai para 12%. Hoje, para falar de Educação, não se pode falar da média.

Ao falarmos de acesso e permanência, como você avalia o cenário brasileiro atual?

Ao falar de acesso e permanência, um dos graves problemas enfrentados hoje pela Educação brasileira refere-se às taxas de conclusão da Educação Básica. Atualmente, geramos um congestionamento nas escolas, uma vez que deveríamos ter, no Ensino Fundamental, 8 coortes e temos 10. Os altos índices de repetência fazem com que o Ensino Fundamental abrigue mais crianças do que deveria, gerando um gasto adicional de 25%, que poderia ser melhor investido.

Quanto ao Ensino Médio, há uma complicação adicional, gerada pelo gargalo existente no Ensino Superior. A maioria dos estudantes que ingressa no Médio pretende ir à universidade, mas a proporção de alunos que efetivamente o faz vem caindo na última década e hoje está em apenas 25%. Este gargalo gera um grande desestímulo e faz com que o estudante questione a finalidade do Ensino Médio.

O Fundef ajudou a universalizar o Ensino Fundamental. Qual é sua opinião sobre o Fundeb?

O fato de o Fundeb cobrir outros níveis da Educação, como a Educação Infantil e o Ensino Médio é bastante positivo para reduzir as desigualdades educacionais existentes. Melhorar a pré-escola, a educação de jovens e adultos, o Ensino Médio é um bom exemplo de uma visão integrada da Educação.

Sabemos que a melhoria do acesso e da permanência dos alunos nas escolas são processos que requerem políticas estruturadas e ações em longo prazo. Quais são os passos mais importantes em relação a estes dois temas nos próximos quatro anos?

Para os próximos quatro anos, em relação ao Ensino Fundamental e Médio, é preciso acabar com a desigualdade educacional. Para isso, as alternativas estão no bom investimento do dinheiro proveniente do Fundeb e na assistência técnica a estados e municípios, expressa no Plano de Desenvolvimento da Educação, do MEC. Outro ponto importante é eliminar o gargalo na Educação Superior por meio de parcerias público-privadas com universidades em todo o País.

Painel da Educação Brasileira

Dados de avaliações devem ser acessíveis a todos, defende Robert Verhine

O professor Robert Verhine, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, explica o papel de avaliações como o Saeb e o Prova Brasil no desenvolvimento da Educação brasileira e destaca a importância de fazer com que os dados sejam acessíveis a todas as pessoas.

Robert E. Verhine concluiu o bacharelado em Economia pela University of California (1967), o mestrado (M.A.) em Estudos Latinoamericanos pela University of California (1974) e o doutorado (Ph.D.) em Educação pela Universität Hamburg (1992). Atualmente é Professor Associado da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia e Diretor Científico da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Sabe-se que o Brasil é um país jovem em relação às avaliações de desempenho escolar, como o Enem, o Saeb e o Prova Brasil. Qual é a contribuição que as pesquisas desenvolvidas até hoje têm dado à Educação brasileira?

Hoje as pesquisas de desempenho da Educação contribuem principalmente para conscientizar as pessoas sobre a urgência da Educação. Os resultados de uma pesquisa geram discussão, fazem com que o ministro fale disso, os secretários, os cidadãos. O discurso vai ficando mais forte e a população percebe que é preciso falar de Educação.

As pesquisas realizadas no País conseguem mostrar quais são os elementos fundamentais para a Educação brasileira. Temas como infra-estrutura, material didático, gestão escolar, atuação do professor, têm ganhado destaque graças a exames como o Saeb, por exemplo.

As pesquisas realizadas nos últimos anos ajudaram, também, a mostrar a importância de melhorar a Educação Básica e a enfatizar a questão da qualidade do ensino. Isso contribuiu para que esse tema fosse escolhido como foco do Brasil a partir de agora. Antigamente se falava em quantidade, hoje as pesquisas mostram que precisamos investir em qualidade, mostram que não adianta criar vagas sem qualidade. É um avanço enorme para o Brasil.

De que maneira as avaliações podem ser aperfeiçoadas e melhor utilizadas na construção da uma educação de qualidade?

Muito mais poderia ser feito com os dados existentes hoje. Os dados poderiam ser usados com maior intensidade. Hoje se vê uma série de ações pontuais realizadas com base em dados de pesquisas, mas seria interessante ver ações nacionais, organizadas pelo governo para garantir melhorias, de acordo com as necessidades apontadas nos exames.

Dentro da proposta do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado pelo ministro Fernando Haddad e pelo presidente Lula essa semana, parte do financiamento escolar está vinculado ao desempenho do município. Alguns especialistas discordam dessa idéia, dizendo que não se deve vincular financiamento a avaliação. Qual é a sua opinião sobre essa questão?

A proposta de vincular investimento a desempenho é uma faca de dois gumes. A idéia em si não é ruim, receber incentivo por mérito pode gerar um maior esforço por parte da escola para melhorar o ensino. Mas é preciso ver como esse repasse vai ser operacionalizado. Vincular recursos pode favorecer quem já é favorecido e desfavorecer os demais.

O programa pode ser implantado de forma que dê certo se avaliar o ensino caso a caso, partindo do nível de qualidade em que a escola, ou o município, está no início do programa e avaliando o valor agregado que conseguiu após um período de tempo, quanto conseguiu melhorar em um período. Essa seria uma forma de garantir um repasse justo.

Qual é a sua visão em relação à questão dos rankings na avaliação?

Pesquisas mostram que a classificação de escolas em rankings são um incentivo, mas eu, pessoalmente, não gosto. Fizemos uma grande avaliação na Bahia, sobre o ensino de português e matemática em 278 municípios. Compilamos os dados, mas nunca apresentamos um ranking. Preferimos dar feedback para cada uma das escolas em separado, mostrar o desempenho, sem gerar competição.

Existe um problema de rejeição. Se você divulga um ranking, você cria uma competição que pode favorecer os já favorecidos e diminuir ainda mais as escolas que já estão com dificuldade.

Sabemos que o aperfeiçoamento das avaliações é processo de longo prazo. Na sua opinião, quais seriam os passos mais importantes em relação à avaliação nos próximos quatro anos? Há exemplos atuais que você gostaria de destacar?

Para os próximos quatro anos é importante criar uma cultura de avaliação e aproveitar de maneira efetiva os produtos dos exames. É preciso fazer com que os dados sejam acessíveis a todas as pessoas.

É preciso uma articulação entre governo federal, estados e municípios. Não basta fazer o uso de dados de pesquisa a nível federal, é preciso usá-los no âmbito local. O governo deve descentralizar, desenvolver competências locais, fazer com que cada município entenda o processo de avaliação e saiba como usar os dados.

É preciso aproximar o avaliador do decisor. A comunidade acadêmica tem um papel importante na melhoria das avaliações e no impacto delas para a melhoria da Educação brasileira.

Painel da Educação Brasileira

Gastar mais e melhor, indica Romualdo Portela

Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) na área de Políticas Públicas, Romualdo Portela de Oliveira, é um dos organizadores de dois livros que já se tornaram referência obrigatória na área da Educação: Gestão, Financiamento e Direito à Educação (ed. Xamã) e Organização do Ensino no Brasil (ed. Xamã).

Como você avalia o investimento brasileiro em Educação Básica?

O volume de investimentos na Educação Básica ainda é baixo. Mesmo países com sistemas educacionais muito mais estabilizados que o nosso —ou seja, em que o acesso das crianças e jovens já foi garantido e não há fortes demandas por expansão— os gastos são superiores aos verificados no Brasil.

Na sua opinião, qual será o impacto do Fundeb no investimento em Educação Básica?

O Fundeb equaciona um pouco melhor a distribuição de recursos entre as diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, mas não injeta mais dinheiro no sistema. O dinheiro que se projeta gastar via governo federal corresponde, grosso modo, ao que a União deveria gastar com a complementação dos estados mais pobres no Fundef e não o fez. Assim, voltamos ao ponto de partida: gastaremos, se cumprida a lei, o que já deveríamos estar gastando.

Alguns especialistas afirmam que o problema da Educação brasileira não está no investimento em si, mas na maneira como ele é gerido. Qual sua opinião?

Na verdade, gastamos pouco e mal.

Sabemos que a melhoria do financiamento é um processo que requer políticas estruturadas e ações em longo prazo. Levando-se em consideração o governo que se inicia agora, quais seriam os passos mais importantes em relação ao financiamento escolar nos próximos quatro anos?

Acho que uma decisão de Estado de gastar mais e melhor em Educação é urgente entre nós. Nesse sentido, incluiria com destaque desenvolver ações para acabar com os repasses às escolas privadas que têm crescido nos últimos tempos e de diversas formas.

Isso inclui expandir o sistema público de Ensino Superior, de melhor qualidade que o privado —e este recebe recursos do pró-Uni—, e viabilizar expansão de uma ampla rede de escolas infantis de modo a acabar com o convênio com instituições privadas de baixíssima qualidade.

Painel da Educação Brasileira

O Ensino Fundamental não está universalizado, somente seu acesso, afirma Ruben Klein

Em entrevista ao Todos Pela Educação, o matemático Ruben Klein defende que universalizar o Ensino Fundamental é ter uma taxa de conclusão acima de 90%. Hoje em dia, ainda está abaixo de 70%. Na opinião dele, é preciso uma política de melhoria de fluxo para garantir que os alunos aprendam e terminem a Educação Básica na idade correta.

Consultor da Fundação Cesgranrio, Ruben Klein graduou-se em matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1968). É mestre em matemática pela Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (1969), doutor em matemática pela Massachusetts Institute of Technology (1974), pós-doutor pela University of Califórnia – Berkeley (1988).

Quais os principais desafios que a Educação brasileira enfrenta hoje?

Um dos principais desafios refere-se à permanência dos alunos na escola e à conclusão da Educação Básica. Atualmente, 99% dos alunos estão matriculados na escola, mas grande parte deles não está na série que corresponderia à sua idade. O problema começa logo no início da vida escolar. Em 2005, por exemplo, apenas 89% dos alunos de 7 anos já estavam na 1ª série. É preciso melhorar o acesso à 1ª série na idade correta.

O quadro de distorção idade/série se agrava ao longo da vida escolar e faz com que o jovem abandone os estudos. A proporção de alunos na escola começa a cair aos 13 anos e boa parte deles deixa a escola antes de chegar ao Ensino Médio.

Qual é a sua avaliação sobre a implementação do Fundef? E quais as suas expectativas quanto ao Fundeb?

Devemos diferenciar sempre acesso escolar e universalização do ensino. Universalizar o Ensino Fundamental é ter uma taxa de conclusão acima de 90%. Hoje em dia, ainda está abaixo de 70%. Neste sentido, o Fundef não conseguiu universalizar o Ensino Fundamental, só seu acesso.

O aumento da taxa de conclusão do EF observado no período do Fundef é um reflexo da queda das taxas de repetência e evasão ocorrida até 1998, ano de introdução do programa.

A partir de então, observou-se uma piora do fluxo escolar, entre 1999 e 2000, que fez com que a expansão do Ensino Médio tivesse uma queda nos últimos dois anos. O número absoluto de alunos que terminam o Ensino Fundamental está decrescendo e faz com que o número de promovidos à 1ª série do Ensino Médio também caia.

Portanto, o Fundeb sozinho não universalizará o Ensino Médio, nem o acesso a ele, que deveria chegar a uma taxa de 90%. Para haver um novo crescimento das matrículas no Ensino Médio é necessária uma política eficaz de fluxo, que faça com que as taxas de repetência e evasão no Ensino Fundamental diminuam.

Como deveria ser estruturada esta política de fluxo?

A repetência não é boa nem para o aluno nem para o sistema escolar. É preciso conscientizar a escola e estruturar programas que ajudem o aluno a não repetir. Não deve ser uma política de promoção automática simplesmente, mas sim um programa estruturado de reforço e recuperação que o ajude a acompanhar o nível de aprendizado de sua série.

O programa, para ser eficiente, deve contar com o acompanhamento diário do educando, aliado a um sistema de recuperação contínuo. Não adianta deixar o aluno com dúvidas até o final do ano e tentar ajudá-lo em uma semana. Temos que resolver o não aprendizado o mais rápido possível, para que este aluno consiga acompanhar o restante da matéria.

Para isso, três pontos são fundamentais: definir qual o currículo mínimo que o aluno deve aprender em cada série; desenvolver material didático especializado para programas de recuperação; formar professores capazes de lidar com alunos com dificuldades.

A formação do professor tem sido apontada como um dos pontos principais para a melhoria da Educação Básica. Qual é a sua opinião sobre o papel do professor e a formação que ele recebe?

Ajudar o aluno a aprender e fazer com que ele progrida na escola passa, necessariamente, pela atuação do professor. Boa parte dos professores está pouco capacitada e não sabe como motivar o aluno a continuar a escola. Não se pode abandonar o aluno.

O trabalho do professor deve ter dois focos. O primeiro é trabalhar para que o aluno não fique defasado, ajudando a sanar as dúvidas em sala de aula ou em grupos de recuperação paralela. Neste sentido, as provas aplicadas em sala de aula podem ser usadas como parâmetro para analisar o desempenho da classe e de cada aluno, entender quais as dúvidas recorrentes e revisá-las, antes de dar continuidade ao conteúdo. Além disso, podem ser criados grupos de professores que atendam os alunos fora do horário.

O segundo foco é ajudar os alunos que hoje estão defasados a se recolocarem em suas séries corretas. Em curto prazo, são necessários programas de aceleração que auxiliem o aluno a concluir a Educação Básica. Um bom exemplo é o programa Acelera Brasil, do Instituto Ayrton Senna.

Ao olharmos os dados do Censo, vemos que a matrícula de alunos no Ensino Médio está caindo. O que pode ser feito para manter estes alunos na escola e fazer com que concluam a Educação Básica?

Seria interessante criar mecanismos de incentivo ao aluno entre 14 a 17 anos, visando o futuro profissional dele. Há duas alternativas pra isso: a primeira seria complementar o aprendizado com cursos profissionalizantes, que ajudassem o aluno a conseguir um bom emprego.

Essas atividades extras, oferecidas pela escola, dão uma opção de futuro para o estudante e são uma boa forma de incentivo. É preciso recuperá-lo e ensinar-lhe uma profissão.

Outra boa sugestão seria oferecer ao aluno uma bolsa de estudos, que poderia ser criada a partir do redirecionamento de verbas do Programa Bolsa Família. Assim, o estudante teria mais uma motivação para continuar na escola.

Acredito que o foco do Bolsa Escola deveria ter sido a permanência do aluno na escola, especialmente na faixa de 14 a 17 anos, não a matrícula. Quando o programa foi criado, boa parte dos alunos já estava na escola e os resultados da política trouxeram uma contribuição pequena à Educação.

Em sua opinião, o que significa garantir o acesso e a permanência dos alunos brasileiros nas escolas?

Garantir o acesso e a permanência dos alunos brasileiros nas escolas significa ter um bom fluxo escolar, com currículos claros para cada série, alunos aprendendo o que corresponde às suas idades, passando de ano e terminando o Ensino Médio com o nível de conhecimento desejado.

Painel da Educação Brasileira

Combinar incentivos, avaliação e autonomia, recomenda Simon Schwartzman

Com formação em sociologia, ciência política e administração pública, Simon Schwartzman é hoje um dos principais pensadores da Educação Pública no Brasil. É presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, no Rio de Janeiro, e ocupou, entre 1994 e 1998, a presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 1985, Schwartzman integrou a Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior Brasileira, da qual foi relator. Recentemente esteve à frente de estudo do escritório da Unesco na América Latina sobre o futuro da educação na América Latina e no Caribe.

Em sua entrevista à Agência de Notícias Todos Pela Educação, você destaca, como um dos principais problemas da Educação brasileira a má qualidade da alfabetização gerada, principalmente, pela má formação de professores e pelos métodos utilizados, ou empregados de forma errada. Quais seriam as alternativas para resolver este problema?

É necessário atacar o problema por diferentes lados. O governo está anunciando um programa de associar incentivos às escolas e professores ao desempenho dos alunos. Esse é um movimento na direção correta.

Outra política correta é manter as escolas sob permanente avaliação, e difundir amplamente os resultados. Isso cria um sistema de incentivos e pressões para que o desempenho da escola melhore. Além disso, no entanto, é necessário fazer com que as escolas tenham condições de responder a esses incentivos.

Como?

Primeiro: dar autoridade, responsabilidade e autonomia ao diretor ou diretora da escola. Ele ou ela deve ser responsável pelos resultados, e, por isso, deve ter autoridade para recrutar ou afastar professores e pessoal administrativo, e manejar com liberdade o orçamento da escola.

Esse diretor, responsável e autônomo, deve ser uma pessoa competente, em geral um professor experiente. O processo de seleção dos diretores não deve ser político, deve haver um sistema de certificação, e a carreira de diretor deve ser valorizada e reforçada. Segundo: é necessário ter professores capazes de utilizar os métodos corretos na alfabetização. Existe muita controvérsia sobre que métodos seriam esses, e o assunto muitas vezes surge como uma questão ideológica. Não deveria ser. Eu diria que, em geral, um professor bem motivado poderá ter bons resultados mesmo sem métodos adequados, e um professor sem motivação não terá resultados com nenhum método. A motivação e o envolvimento do professor com o aprendizado dos alunos é fundamental.

Vale ressaltar, no entanto, que alguns métodos são reconhecidamente superiores a outros. O ensino sistemático da representação dos sons e suas relações é uma etapa fundamental de qualquer processo de alfabetização, que muitas vezes não é feito por uma falsa interpretação do que seria o processo criativo na aprendizagem.

Depois da alfabetização, no uso da linguagem, na introdução dos conhecimentos de ciências naturais e sociais etc., é importante haver materiais pedagógicos de boa qualidade que o professor deve utilizar, e sistemas permanentes de acompanhamento e avaliação de resultados.

É necessário investir também na qualidade dos cursos de formação de professores. Existe uma percepção, com a qual concordo, de que esses cursos não preparam os professores adequadamente para ensinar, e perdem demasiado tempo com doutrinas e debates pedagógicos ultrapassados.

É importante intensificar o debate, na sociedade brasileira, a respeito dos conteúdos dos cursos de formação de professores, e criar incentivos para programas que busquem as melhores metodologias adotadas internacionalmente, e as desenvolvam em nosso meio.

Você comenta também que, mesmo em estados com mais recursos, há níveis altos de analfabetismo funcional. Em sua opinião, existe uma relação entre a qualidade da Educação e os recursos disponibilizados para ela?

Não é uma relação direta. Em Minas Gerais, estudos mostram que o município de Belo Horizonte, que gasta muito mais, na média, do que a rede estadual com suas escolas, tem desempenho pior do que a média estadual. É possível gastar muito e ter maus resultados, se os incentivos não estiverem corretos, se as escolas não tiverem compromisso com os resultados, e se as ideologias pedagógicas forem equivocadas.

Ensinar a ler, escrever e fazer contas não é nenhum bicho de sete cabeças, é uma tecnologia simples, que todos os professores deveriam aprender, e deveriam obrigatoriamente adotar. Todos os alunos, entre os sete e os oito anos de idade, já devem ler e escrever fluentemente, e a sociedade não deveria tolerar que os níveis atuais de analfabetismo funcional, muitas vezes acima de 50% das turmas, seja considerado "normal".

Os resultados recentes do Saeb mostram uma queda na qualidade do ensino de 1995 para 2005. A que se deve essa queda?

Não é certo que houve queda, pelo que entendo as variações foram pequenas, dentro da margem de erro. De qualquer forma, o que se vê é que Educação continua ruim, e não está melhorando.

Em sua entrevista, você destaca a repetência como um dos problemas da Educação brasileira e comenta que cerca de metade dos alunos do Ensino Médio estão em uma série que não corresponde à sua idade. Neste sentido, qual é a sua opinião sobre a questão dos ciclos escolares?

Os ciclos escolares foram um caso clássico de uma solução correta mal implementada. Não há dúvida que a repetência nunca beneficiou ninguém, e a introdução dos ciclos não piorou o desempenho médio das redes escolares, que já era ruim.

Mas a aplicação mecânica e burocrática dos ciclos e, mais geralmente, da política de eliminar a repetência, levou à idéia de que não era mais necessário acompanhar o aprendizado das crianças e cobrar resultados. Na verdade, a política da não repetência tem que estar associada a um investimento muito maior no desempenho dos estudantes, trabalho permanente de recuperação dos que não conseguem acompanhar, e, a partir de certa idade, já no ensino médio, diferentes alternativas de formação para estudantes com tipos diferentes de capacidade e motivação.

Painel da Educação Brasileira

Desconcentrar é palavra de ordem em Minas, segundo Vanessa Guimarães Pinto

Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais entre 1990 e 1994 e Secretária de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC) em 1995, Vanessa Guimarães Pinto assumiu a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais em 2003 com objetivos claros: racionalização e modernização da administração do sistema educacional; melhoria do Ensino Fundamental e universalização e melhoria do Ensino Médio. Nesta entrevista, a secretária fala da importância da infra-estrutura para a Educação e o que está sendo realizado em Minas.

Na sua avaliação, qual a importância da infra-estrutura para a qualidade da Educação?

A infra-estrutura tem impacto direto sobre a qualidade da Educação. No primeiro momento, o impacto geral da infra-estrutura é maior até mesmo que o do salário.

A infra-estrutura influencia diretamente o ânimo do professor, pois faz parte das condições de trabalho. E escola, enquanto organização, depende também das condições objetivas de trabalho para atender bem os alunos. É por isso que condições ruins e baixos salários influenciam negativamente a qualidade.

Como é feita, atualmente, a manutenção dos prédios escolares em Minas Gerais? Essa manutenção tem sido centralizada na Secretaria de Educação?

Reformas e ampliações com custo superior a R\$ 250 mil, assim como a construção de novos prédios, ficam a cargo da Secretaria de Obras e Transporte. No caso de reformas e manutenções com custo inferior ou igual a R\$ 250 mil, os recursos são transferidos diretamente para as escolas, para que elas façam as obras. Com isso, ganha-se agilidade.

Entre 2003 e 2006 (especialmente em 2004, 2005 e 2006) foram reformadas e ou ampliadas quase 2,8 mil escolas de Minas, de um total de 4 mil escolas. Também foram construídas quadras esportivas cobertas e ginásios.

Hoje em dia, um dos grandes desafios das Secretarias de Educação é preservar os prédios escolares de vandalismos, depredações, roubos. Como a Secretaria de Minas enfrenta esse desafio?

A participação da comunidade é fundamental. Quando a escola é bonita, ela é preservada pela comunidade. A melhor estratégia para evitar depredações, portanto, é a escola estar em ordem, estar bonita para que seja valorizada pela comunidade.

Nas áreas de maior risco, com maior incidência de violência, Minas desenvolveu o projeto “Escola Viva, Comunidade Ativa”. O programa começou com 186 escolas (principalmente na capital e na região metropolitana) que foram identificadas no início do governo.

Entre as iniciativas que fazem parte desse programa, estão aproximar a escola da comunidade, tornando-a mais amigável e socializando parte de seu espaço, como as quadras poliesportivas.

Muitas vezes a escola é a única ferramenta social a que a comunidade tem acesso. Por isso, quando a comunidade pode usufruir desse espaço, passa a defender a escola. Seis meses depois de implantado o projeto nesse grupo inicial de escolas, registrou-se uma redução de 56% nos casos de vandalismo.

O objetivo agora é aumentar para 500 o número de escolas atendidas pelo programa Escola Viva, avançando rumo ao interior, para cidades de médio porte que também apresentam problemas de violência até pouco tempo típicos das cidades grandes.

Sabemos que o transporte ocupa um papel importante no que diz respeito ao acesso dos jovens, especialmente da zona rural, à escola. Como a Secretaria de Minas lida com esse problema?

Trata-se de um problema agudo. Talvez o sistema de Educação, sozinho, não dê conta de resolvê-lo. O problema é mais grave na área rural, onde se concentram as estradas ruins.

Minas multiplicou por cinco o investimento em transporte escolar. Investe hoje R\$ 95 milhões e ainda é pouco para os municípios resolverem o problema.

Tudo indica que os municípios que melhor atacam a questão do transporte são os que equilibram frota própria e frota terceirizada. Há trajetos que não são interessantes para a iniciativa privada. Nesses casos, quando se abre concorrência, aparece apenas uma empresa e o custo fica muito alto.

O problema do transporte tem sua origem no movimento da década de 1990 de acabar com as pequenas escolas e as classes multiseriadas. Houve então um movimento de concentração da oferta.

Uma dos principais esforços de Minas atualmente é no sentido de desconcentrar a oferta, criando escolas pequenas em áreas intermediárias. A oferta de Ensino Médio, até pouco tempo, estava quase totalmente concentrada em centros urbanos. Estamos criando

escolas para 100 a 120 alunos e levamos o professor até lá. Mas para fazer isso, a partir dessa lógica, é preciso parceria com o município.

Sabemos que a melhoria da infra-estrutura escolar é um processo que requer políticas e ações em longo prazo. Levando-se em consideração a sua gestão, quais seriam os passos mais importantes em relação à infra-estrutura das escolas nos próximos quatro anos?

Diminuir a distância sócio-econômica entre as regiões do estado é uma prioridade para nós. No esforço de desconcentrar, estamos discutindo qual o tamanho mais produtivo para uma escola. A resposta, provavelmente, será a escola de tamanho médio, entre 740 e 1400 alunos.

Também é importante levar a escola integral para o meio rural. Não podemos admitir que as cidades menores fiquem por último na fila da escola integral.

Vale lembrar que o natural é o movimento de concentração: de renda, de recursos, de pessoas e assim por diante etc. O desafio de Minas é andar no sentido contrário, o da desconcentração.

Por isso, agora, todas as nossas escolas vão pertencer a uma rede específica. As 4 mil escolas vão ser divididas em oito gerências. Por exemplo: a gerência das micro e pequenas escolas. Cada gerente terá de saber de tudo o que diz respeito à sua área.